Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP
CMUHE042591

PEREIRA, Carlos Lemes. Moradores voltam à Justiça contra Caps: vizinhos protocolam no TJ contestação da liminar que garante funcionamento de centro no taquaral. Correio Popular, Campinas, 09 maio. 2003.

Moradores voltam à Justiça contra Caps

Vizinhos protocolam no TJ contestação da liminar que garante funcionamento de centro no Taquaral

Dois dias depois de ganhar um pequeno fôlego da Justiça, o Centro de Atenção Psicossocial Esperança (Caps-Leste) foi alvo de nova investida das duas famílias contrárias ao funcionamento da unidade de saúde mental da Prefeitura de Campinas no Taquaral. A advogada Lenyde Helena Potério dos Santos, que representa os autores da ação judicial contra a Administração, informou ontem que protocolou junto à presidência do Tribunal de Justiça (TJ) uma contestação da liminar concedida por aquela instância do Judiciário, permitindo a continuidade do serviço no local pelo prazo de 20 dias.

"Estamos contestando justamente o argumento principal da Prefeitura, de que a suspensão das atividades acarretaria 'dano à saúde pública'. Isso é uma inverdade, por dois motivos: primeiro, a Administração dispõe de outros Caps na cidade e, por fim, não se trata de um atendimento emergencial e, sim, de uma atividade complementar, mais voltada para o lazer dos pacientes", disse a advogada. Até o final da tarde de ontem, o TJ não havia avaliado a contestação.

CARLOS BASSAN/7MAI2003/AAN

Fachada do Caps-Leste, no Taquaral: mais polêmica

Os Caps visam tratar portadores de doenças mentais em esquema de reintegração social. Daí a decisão da Prefeitura de instalá-los em bairros com boa densidade residencial. Só que o Caps-Leste, por se referenciar administrativamente a uma região da cidade caracterizada por bairros "nobres", tem atraído reações extremamente negativas de vizinhos. A polêmica remonta ao ano passado e começou no bairro Nova Campinas, onde o serviço foi implantado, em maio. Três meses depois, foi fechado por determinação judicial, provocada também por oposição de moradores.

Neste ano, a Prefeitura tentou a sorte no Taquaral, reinaugurando o serviço, em 4 de abril, no imóvel número 290 da Rua Padre Domingos Giovanini, uma das partes mais valorizadas do bairro. No próprio dia da inauguração, dois vizinhos obtiveram, do Judiciário em Campinas, liminar determinando a suspensão das atividades.

Na verdade, enquanto trava essa segunda guerra judicial com moradores, a Prefeitura nunca deixou de atender os 165 pacientes, mesmo quando estava legalmente impedida de fazê-lo. Uma decisão que se desenrola sob o peso de multas de R$ 1 mil a cada dia de desobediência à outra liminar, favorável aos moradores.

A assessora da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, Emanuelle Lopes Garrido Alkmin Leão, diz que "ainda não é cabível" entrar no mérito dessa multa. "Temos convicção de que seremos vitoriosos no julgamento final, significando que, além da garantia do funcionamento do Caps, haverá a extinção da penalidade", arriscou. **(Carlos Lemes Pereira/Da Agência Anhangüera)**